

A FALTA DE COMPREENSÃO DOS OBJETIVOS E DOS PROPÓSITOS DA DISCIPLINA ARTE

Tiago de Brito Cruvinel

Professor de Arte do Instituto Federal de Minas Gerais. Doutor em Artes pela
Universidade de Brasília

tiago.brito.cruvinel@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1808-0753>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as políticas educacionais nas Artes, tendo como base a análise dos comentários negativos publicados em uma rede social, após o Senado Federal ter divulgado, em abril de 2016, que o Plenário aprovou um projeto de lei - discutido por dez anos -, estabelecendo as Artes Visuais, o Teatro e a Dança como linguagens obrigatórias do componente Arte. Os dados apresentados dizem muito a respeito da expectativa que a sociedade brasileira, de um modo geral, tem da disciplina e aponta os encaminhamentos para que sejam (re)pensadas as políticas públicas nesta área.

Palavras-chave: *Ensino de Arte. Políticas públicas. Implementação.*

ABSTRACT

This article aims to discuss the educational policies in the Arts, based on the analysis of the negative comments, published on a social network, after the Federal Senate revealed, in April 2016, that the Plenary approved a law project - that had been discussed for 10 years - establishing the Visual Arts, the Theater and the Dance as mandatory languages of the Art component. The data presented here has a great mean about the Brazilian

society's expectation, in a general sense, of the discipline and indicates some guidelines in order that the public policies in this area are (re)thought.

Keywords: *Art Teaching. Public policy. Implementation.*

INTRODUÇÃO

Na era da *pós-verdade* – palavra do ano de 2016, segundo o Dicionário Oxford, que significa: adjetivo que “se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais¹” –, comentários e notícias criados para a internet passam a ser fontes confiáveis e amplamente compartilhados, sem a checagem dos fatos, gerando um grande debate sobre a proliferação de boatos nas redes sociais, como no *Facebook*, por exemplo.

Temos discutido, ainda, nessa nova era, sobre o espaço dado às pessoas para comentarem determinados assuntos e notícias, quando elas não se preocupam com a disseminação de ódio e de preconceito nas redes, como se os códigos, as leis e as condutas, criados pela nossa sociedade, não valessem para o mundo virtual.

A situação está tão preocupante que, segundo um site de notícias brasileiro, uma página de tecnologia da TV pública da Noruega, o *NRKbeta*, criou uma estratégia em que as pessoas precisam, antes de comentar uma notícia, responder um *quiz* sobre ela. Para o editor Marius Arnesen, “durante os cerca de 15 segundos usados para responder ao *quiz*, os leitores têm tempo para refletir sobre o tom dos comentários, o que, segundo ele, evita textos destemperados²”.

No entanto, nem tudo são espinhos. Há uma vantagem que precisa ser considerada nos comentários feitos nas redes sociais: por meio deles, podemos analisar como as pessoas, homens e mulheres, crianças e adolescentes, de várias regiões do país e do mundo, de diferentes níveis sociais e educacionais, pensam sobre um determinado assunto, sem que seja preciso realizar um censo

ou a aplicação de questionários. Uma ferramenta nova está surgindo e me arrisco a dizer que, no futuro, entrará como procedimento metodológico nos livros de metodologia científica.



Figura 1: Publicação do Senado Federal

O que precisamos é conscientizar a população sobre as consequências de ofender e de ferir os códigos de conduta e de ética na internet, da mesma forma que no mundo real. Além disso, urge criarmos novas estratégias, como a proposta apresentada pelo site de tecnologia da Noruega, a qual evita que as pessoas comentem algo lendo apenas a manchete das notícias.

Pensando nos dois lados da moeda, como procedimento metodológico, vejo como válida a utilização dos comentários feitos no *Facebook* para discutir as políticas educacionais na área de Arte quando, na ocasião, o Senado Federal, em 18 de abril de 2016, divulgou o seguinte cartaz:

Na descrição da publicação do texto, dizia:

CRUVINEL, Tiago de Brito. **A falta de compreensão dos objetivos e dos propósitos da disciplina arte.** PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v.7, n.14: nov.2017. Disponível em <<https://eba.ufmg.br/revistapos>>

dança, teatro e artes visuais estarão presentes no currículo escolar brasileiro. O Plenário aprovou projeto que insere o ensino dessas artes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Após 10 anos de discussões, o projeto de lei 33/06 teve sua versão final aprovada pelo Senado e segue agora para a sanção presidencial³ [Em seguida à sanção, a lei nº 13.278/16 alterou o § 6º do art. 26 da LDB, estabelecendo que as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular Arte].

Essa publicação gerou cerca de 3.375 interações, sendo 2.056 comentários escritos, incluindo *emoticons*, e o restante marcações de amigos. A partir desses comentários, uma triagem foi realizada para avaliar apenas os comentários negativos sobre a proposta aprovada pelo Senado Federal. Entende-se que são os comentários negativos, principalmente, os que nos demonstram os problemas enfrentados pela disciplina de Arte no ensino brasileiro.

Como critério de análise, os comentários foram subdivididos nas seguintes categorias: (1) *Aptidão*; (2) *Tem coisa mais importante no momento*; (3) *Vestibular*; (4) *Só se for optativa*; (5) *Não tem nem o básico*; e (6) *Como será?*. Esses critérios de análise podem ajudar a discutir a identidade, ou as identidades, que construímos, ou que ainda estamos construindo, da disciplina de Arte nas escolas. Eles refletem sobre os encaminhamentos e sobre os esclarecimentos que devem ser tomados, em termos de políticas públicas, para o ensino das áreas de conhecimento que envolvem a disciplina Arte.

Antes de analisar os comentários selecionados, é importante destacar a questão da ausência da Música e dos estereótipos presentes no cartaz.

A Música não está presente, uma vez que, em 2008, o seu ensino passou a ser obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular Arte, por meio da Lei nº 11.769, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96). Estabeleceu-se, assim, um prazo de três anos para que os sistemas de ensino pudessem implementar a lei. Como sabemos, tal implementação ainda não é uma realidade, visto que, em muitos comentários, as pessoas escreveram que sentem falta do ensino de Música nas escolas.

Outro ponto: os estereótipos presentes no cartaz. Ao observarmos as imagens, podemos perceber que há um equívoco na escolha dos desenhos que representam cada área de conhecimento. Afinal, qual seria a relação do *Batman* com o Teatro? Não estaria essa imagem limitando a área apenas a uma perspectiva de recreação? A Dança também não estaria para além do Ballet Clássico? O pincel não deixou de ser o principal meio de produção de uma obra a partir de Marcel Duchamp, no início do século XX, com sua noção de *readymade* [escultura já pronta]?

É claro que essas áreas possuem tantas ramificações que é difícil agrupá-las em uma única imagem. Entretanto, apesar da dificuldade, o que se vê é que o cartaz foi elaborado por meio de uma associação generalista de estereótipos, que não diz respeito ao espectro de cada área de conhecimento, principalmente o Teatro.

(1) APTIDÃO

Nessa categoria, foram agrupados os principais comentários que colocam a Arte no campo da aptidão. Vejamos os principais comentários⁴ selecionados para essa categoria:

- “Obrigam as crianças e jovens a encenar, pintar e dançar? Não desmerecendo o valor das artes, mas isso é uma escolha quando se tem **aptidão**”.
- “Será que as crianças vão ser **coagidas** a fazer ballet se não gostam, ou outra dessas atividades? Tanta coisa para ensinar!”
- “O problema é **impor** essas atividades a alunos que não as queiram fazer”.
- “Só pode ser brincadeira... E o que farão dos **introvertidos**?”

- “Coitada das crianças que não gostam, não têm talento, não têm perfil, não têm **dom** para essas matérias. Serão obrigadas. Ficarão **constrangidas**... Deve ser facultativo. Incluir o que realmente importa esses deputados incompetentes não querem! Melhorar a estrutura, a qualidade de ensino, também não. Vão passar mais 10 anos e não pedem a opinião do povo”.
- “Nem **morto** faço teatro”.
- “E as crianças que são introvertidas? Eu **sofria** com os teatrinhos”.
- “Desde que não seja disciplina obrigatória, pois isto é **dom!**”

Como dito anteriormente, uma das formas de discutir as políticas públicas e o ensino de Arte nas escolas é fazer os esclarecimentos necessários sobre a disciplina, dialogando com estes comentários negativos realizados no *Facebook*. Os esclarecimentos a seguir podem auxiliar na definição dos objetivos e mostram o propósito das Artes no contexto escolar.

É comum vermos que há uma associação e uma concepção errônea em se considerar a arte como aptidão, talento e um *dom* de poucos. Para Alencar e Fleith (2009):

Essa concepção limitada, fazendo que muitos subutilizem seu potencial para criar, foi analisada por Asimov (1989) por meio de uma analogia proposta por ele entre criatividade e domínio da leitura e da escrita. Lembra Asimov que, há alguns séculos, a escrita e a leitura eram privilégio de poucos, imperando a crença de que ler e escrever exigiam um conjunto de habilidades tão complexas e um nível tão elevado que apenas alguns cérebros afortunados poderiam adquirir tais competências. De forma similar, salienta esse autor que, em anos recentes, poucos fazem pleno uso de seu potencial criativo, preponderando a crença de que a criatividade é uma prerrogativa de alguns poucos privilegiados que nasceram criativos (ALENCAR; FLEITH, 2009, p.135).

Portanto, ao não se fazer o pleno uso de seu potencial criativo, os alunos e as alunas, pais e familiares – que escreveram os comentários transcritos –, acabam por associar a criatividade a algo “não natural”, como um “dom”. No entanto, de acordo Pelaes (2009), ao analisar as contribuições de Pierre Bourdieu para a

metodologia do ensino da Arte, esse tipo de pensamento acaba por mascarar a realidade, pois não mostra que as pessoas ditas criativas tiveram condições de acesso à cultura e aos bens culturais; e que o processo criativo deve ser cultivado e precisa, especialmente, segundo a autora, da ação escolar. Ainda conforme Pelaes (2009):

Criar e ser criativo depende fundamentalmente do desenvolvimento e do estímulo, de maneira a possibilitar a estruturação de um conhecimento que habilite o aluno a reconhecer na arte suas propriedades estéticas, e a produzir sua própria representação artística, nas mais diferentes linguagens, dentro do contexto das relações educacionais, estéticas e cotidianas com a arte. Conhecer o universo da arte possibilita reconhecer em si mesmo o potencial criador, através do seu desenvolvimento. A educação através da arte constitui um importante meio para o desenvolvimento da criatividade e do cultivo do conhecimento estético, através do conhecimento da produção artística consagrada e da elaboração de uma expressão estética pessoal (PELAES, 2009, p.30).

A escola, como *locus* importante para a proposição de estímulos, tem um papel fundamental no acesso à cultura e aos bens culturais para o desenvolvimento da criatividade. Esse é um dos pontos principais para a inserção da Arte, enquanto disciplina, no contexto escolar. Todavia, esses estímulos não podem se misturar e se sobrepor às características pessoais de cada indivíduo, como a introversão. Crianças e adolescentes, que sejam muito tímidos, por exemplo, não podem *sofrer* ao colocarem seus corpos em situação de cena, como em: “Eu sofria com os teatrinhos”. Isso não pode ocorrer, porque vai na direção contrária das teorias da criatividade e dos procedimentos metodológicos criados para as práticas teatrais na escola. De maneira muito similar, esses dois campos de estudo, a Criatividade e o Teatro, mostram que não há como se criar em ambientes hostis (do ponto de vista de quem faz) e que as atividades precisam ser prazerosas.

Alencar e Fleith (2009), ao proporem estratégias para os professores e para as professoras, colocam que é imprescindível “criar um clima em sala de aula em que a experiência de aprendizagem seja prazerosa” (2009, p.142). Além disso, elas apontam para a importância de “prover oportunidades para que os alunos se conscientizem de seu potencial criativo, favorecendo, dessa forma, o desenvolvimento de um autoconceito positivo” (ALENCAR, FLEITH, 2009, p.141).

Parte desse sofrimento pode vir da não valorização do aluno e da aluna, não apoiando suas ideias, não os ajudando a se desfazerem de bloqueios emocionais (ALENCAR, FLEITH, 2009), fazendo com que eles ou elas não confiem em seu próprio trabalho. Todos esses mecanismos, de valorização, de apoio e de desbloqueio emocional, ajudam a criar a noção de autoconceito positivo, o que afasta a concepção de que a Arte é uma questão de aptidão.

Podemos até pensar que, no contexto profissional, a aptidão pode ser uma característica mais bem delineada pelo Setor de Recursos Humanos de uma empresa, o RH, se a definirmos como uma facilidade natural para fazer determinada coisa. Mas, no contexto escolar, em um processo de ensino e de aprendizagem, a noção de “dom” não deveria ser aplicada, posto que pode gerar a sensação de inferioridade e de insegurança para os que não foram classificados dessa forma por seus professores.

Ainda em relação ao comentário “Eu sofria com os teatrinhos”, precisaríamos analisar a forma como esses estímulos foram feitos, quais profissionais estiveram envolvidos na formação desse indivíduo e se eles tiveram formação específica de nível superior na área, para entendermos o tipo de sofrimento de que se está falando.

Não obstante, podemos fazer algumas considerações: o teatro pode ser entendido como um corpo em estado alterado sendo mostrado conscientemente para outro que assiste. Esta definição é muito utilizada pelo professor Jorge das Graças Veloso (UnB) em suas aulas. Portanto, parte desse sofrimento narrado pode estar relacionada ao mesmo princípio das teorias da Criatividade – o medo de ser julgado; nesse caso, o medo quando o corpo está sendo mostrado para outro que assiste.

A inibição nada mais é do que o bloqueio que se cria pelo olhar do outro ou do sentimento de estar sendo ridículo aos seus próprios olhos. Segundo Ryngaert (2009), a inibição seria resumida como uma “hipertrofia do ‘interno’ e uma impossibilidade de abertura para o exterior” (RYNGAERT, 2009, p.45).

O sofrimento citado pode partir, inconscientemente, desse mesmo princípio, interrompendo um passo importante que, segundo Spolin (2010), é necessário para se jogar, sentir liberdade pessoal durante o processo.

Para Spolin (2010):

Abandonados aos julgamentos arbitrários dos outros, oscilamos diariamente entre o desejo de ser amado e o medo da rejeição para produzir. Qualificados como “bons” ou “maus” desde o nascimento (um bebê “bom” não chora), nos tornamos tão dependentes da tênue *base de julgamento* de aprovação/desaprovação que ficamos criativamente paralisados (SPOLIN, 2010, p.6).

Em vista disso, o julgamento e o autoritarismo dos professores e das professoras podem acabar por impedir o relacionamento livre nos trabalhos de atuação (SPOLIN, 2010). Parte desse sofrimento relatado estaria na dificuldade do aluno ou da aluna de se colocar em cena, pela timidez ou por bloqueios emocionais, mediante o julgamento de quem vê. Características pessoais que, se não forem mediadas de forma pedagógica (propositiva e positiva), podem prejudicar o bom desenvolvimento de uma capacidade pessoal de jogo/atuação. Isso não permite que o indivíduo possa experienciar a atividade teatral, no domínio do exercício da criatividade, de maneira prazerosa.

(2) TEM COISA MAIS IMPORTANTE NO MOMENTO

A forma como o sistema educacional foi criado, na maioria dos países, diz muito sobre os comentários feitos e classificados nessa categoria. Para o educador inglês Ken Robinson (2010), os currículos escolares, na maior parte dos casos, tendem “a valorizar certos tipos de raciocínio e análise crítica, particularmente quando expressos em palavras e números” (ROBINSON, 2010, p.25). Assim, ficam de fora dessa lista outras formas de expressão, como o movimento, o que limita, de acordo com o educador, a noção de inteligência humana – construída também a partir de outras habilidades tão importantes quanto o raciocínio lógico.

Vejamos os principais comentários:

- “Interessantes os projetos, mas, antes disso, o governo deveria investir melhor na Educação Básica. Um bom exemplo é o inglês na escola, as crianças e os adolescentes têm essa disciplina praticamente todos os anos. Deveriam se preocupar em criar um projeto para que esses adolescentes saiam falando fluentemente esta língua. Acho que **tem coisas mais importantes no momento** para se aplicar no currículo escolar”.

- “Lamentável! Um país com milhões de analfabetos funcionais, incapazes de escrever uma redação de UMA folha sem cometer vários erros de português. Vai encarecer as escolas e **desviar a atenção para o que é menos importante**. Eu não quero meus filhos, netos e descendentes obrigados a dançar ou atuar”.

- “Com tanta coisa mais importante para ensinar, justo vão ensinar coisas **fúteis** que não levam a nada. Ontem [17 de abril de 2016 – Dia de votação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff], deu para ver como somos muito mal representados pelos nossos deputados, que são despreparados em sua grande maioria, com raras exceções. Penso comigo: Quando nós tivermos dificuldades para resolver, **o que vamos fazer? Dançar!**”

- Cidadania, noções de direito e legislação, educação financeira, noções de economia... enfim, eu poderia ficar até meia noite citando **outras disciplinas que dariam** aos nossos filhos **o mínimo de senso crítico e político**. Masssss, afinal de contas, qual o interesse do Estado em formar cidadãos e cidadãs pensantes, não é mesmo? Rs”

- “No meu tempo, estudei OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e também Filosofia. Por que questões que envolvem entendimento político, crítico e reflexivo não são consideradas **necessárias**, muito menos **IMPORTANTES**, para o ensino no Brasil?”

- “Não tem professor de matemática, português, história direito! Estudei o primeiro e o segundo ano sem uma aula de matemática, e vocês ainda querem implementar **baboseiras**?”

- “E por que não Filosofia, Sociologia, Política e mais algumas outras que ajudam a pensar!?! Não que a dança e o teatro não sejam importantes, não é isso! Penso que principalmente num momento tão importante como este que vivemos, por exemplo, **as pessoas precisam estar mais bem preparadas!**”

- **“Parem de besteira.** Vamos ensinar as crianças a reciclar, a ler mais livros, ajudar o meio ambiente... Vamos ensinar algo produtivo.”

Mas por que tudo parece ser tão mais importante do que a disciplina de Arte? Uma teoria: Hierarquia das disciplinas e os tipos de avaliação (ROBINSON, 2010).

Para Ken Robinson (2010), há uma hierarquia das disciplinas. No topo está a Matemática, as Ciências e as Línguas. Em um nível intermediário, teríamos as Humanidades. A Arte, no sistema educacional dos Estados Unidos e do Reino Unido, ocuparia o nível mais baixo. No Brasil, não seria diferente. Pode, ainda, ter uma subdivisão dentro da Arte:

música e artes visuais normalmente têm um status maior do que o teatro e a dança. [Não é por acaso que a Música conseguiu se tornar obrigatória em 2008, como explicado anteriormente] E, na verdade, um número cada vez maior de escolas elimina as artes do currículo. Escolas enormes às vezes têm apenas um professor dessa matéria e, mesmo no curso elementar [Ensino Fundamental], as crianças têm um tempo extremamente reduzido para desenhar e pintar (ROBINSON, 2010, p.25-26).

As razões para que isso ocorra, ainda de acordo com Robinson (2010), são culturais e históricas. Para o educador, todo o sistema de educação em massa foi criado para atender às demandas dos interesses econômicos da Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos. As disciplinas que estão no topo não estão lá por motivo banal. De certa forma, a Matemática, as Ciências e as Línguas são, até hoje, essenciais, porque estiveram/estão ligadas às funções que ativam economicamente o mundo do trabalho, e, conseqüentemente, tendem a gerar maior empregabilidade.

Portanto, esses comentários são o reflexo de uma construção social com base no paradigma de que fazer Arte não é importante porque não gera dinheiro. Você até pode ganhar dinheiro, mas como exceção; quando se atinge a fama, por exemplo. E qual o resultado disso tudo? “É que os sistemas educacionais de todo o mundo incutem em nós uma noção muito restrita de inteligência e capacidade, e dão excessivo valor a determinados tipos de talento e habilidade” (ROBINSON, 2010, p.26). E conclui:

Poucas escolas e sistemas educacionais do mundo oferecem aulas diárias de dança como parte do currículo, como fazem com [a] matemática. [...] Essas maneiras de abordar a educação também estão sufocando uma das mais importantes capacidades de que os jovens de hoje necessitam para abrir caminho no mundo cada vez mais exigente do século XXI: o pensamento criativo (ROBINSON, p.26-27).

Por esses motivos, muitos comentários transcritos colocam a Arte nesse lugar: afinal, qual a função da Arte para se conseguir um emprego? – questionam os estudantes.

Costumo dizer aos meus alunos e alunas que não há ninguém que seja criativo e que não tenha um bom emprego. Faço a conexão com o estudo de Robinson (2010) sobre abrir os caminhos para o pensamento criativo. É lógico que um determinado posto de trabalho, normalmente, está atrelado ao seu grau de escolaridade. Mas, dentro daquelas vagas, as pessoas criativas são as que conseguem os melhores empregos. Isto porque, se pensarmos que a criatividade do dia a dia, conhecida como *little c* – entendida como o ato criativo que não requer algo socialmente valioso (SAWYER, 2006) –, está relacionada à resolução dos problemas cotidianos, conseguiremos mostrar aos estudantes uma maior aplicabilidade da disciplina de Arte.

Nessa lógica, as pessoas criativas estariam mais aptas ao mundo do trabalho, gerando uma produtividade maior para as empresas, já que elas conseguiriam, via criatividade, resolver melhor os problemas que lhes são dados. Assim como os diretores de teatro Ariane Mnouchkine e Peter Brook dizem que a imaginação é um “músculo”, a criatividade também pode ser vista como um músculo que precisa ser exercitado.

Já em relação ao anseio por disciplinas e por conteúdos que levem à formação cidadã, como a Filosofia e a Sociologia, penso que elas apareceram nos comentários por conta do período em que eles foram escritos. Muitos foram publicados um dia após o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Ao vermos o despreparo de diversos deputados e deputadas no processo de votação, é

natural que as pessoas queiram que a escola possa ajudar nesse processo de formação política (político no sentido mais amplo), ajudando os estudantes a reconstruírem o nosso País.

O surpreendente é que a falta de identificação para com a disciplina de Arte é tamanha que parece que a Arte não é capaz - ou ela não tem se mostrado suficiente -, de auxiliar na formação crítica e política no contexto escolar. Entretanto, há de se destacar que essa é uma preocupação tão necessária e de base para a disciplina de Arte que, na introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs), o documento evidencia que, desde a infância, a Arte deve gerar oportunidades de aprendizagem que possam mobilizar a “expressão e a comunicação pessoal e [ampliar] a formação do estudante como cidadão, principalmente por intensificar as relações dos indivíduos tanto com o seu mundo interior como com o exterior” (BRASIL, 1998, p.19).

Talvez, quando falamos em interdisciplinaridade, já tenhamos atingido o limite para sua implementação, em termos de currículo. A falta de diálogo, sobretudo das disciplinas de Humanas, chega aos alunos e às alunas de forma tão evidente que eles percebem que as atividades estão, em muitos casos, completamente desconectadas com a comunidade e com a realidade em que vivem, gerando um descompasso nos objetivos de aprendizagem de áreas afins.

Além disso, se por um lado temos a preocupação com a formação cidadã dos estudantes, com a inclusão das disciplinas de Filosofia e de Sociologia, do outro, temos um contraponto com o conservadorismo presente em diversos comentários, como a volta da disciplina OSPB (Organização Social e Política do Brasil). Esta disciplina foi obrigatória no currículo escolar brasileiro, a partir de 1969, juntamente com a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), e entraram com o objetivo de subsistir com as disciplinas de Psicologia, Filosofia e Sociologia. Essas disciplinas obrigatórias ficaram conhecidas por passarem a ideologia do regime autoritário no período ditatorial. Esse conservadorismo cresce exponencialmente

no mundo todo e tem como reflexo as eleições de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a decisão, apenas em segundo turno, entre Marine Le Pen, da extrema-direita, e Emmanuel Macron, na França.

(3) VESTIBULAR

Podemos pensar, como dito anteriormente, que esses comentários também são uma reação aos sistemas de avaliação que, em certa medida, mostram a Arte como uma área de menor importância frente ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Se analisarmos as questões das últimas provas (2015 e 2016), temos 45 questões referentes aos conteúdos da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, no total de 180 questões, divididas em dois dias de prova, sendo uma média de três perguntas envolvendo os conhecimentos específicos de Arte na prova citada.

Se olharmos esse quantitativo de forma fria, sem consideramos a interdisciplinaridade das questões, como a leitura de imagens que envolvem os conteúdos de Literatura e as outras áreas, é mais do que autêntico que a comunidade escolar, dentro de um sistema produtivista, perceba que, para o ENEM, os conhecimentos específicos da área de Arte não são tão importantes assim. Vejamos mais alguns comentários que abordam a questão do vestibular de forma mais clara:

- “Quero ver se no vestibular vai ter questões nessa áreas. E as crianças cada vez **aprendendo menos** Português e Matemática”.
- “... e o Enem vai cobrar isso, ou isso é mais uma **manobra** para **alienar** os pobres???????”
- “O que a gente aprende com isso para passar em uma **faculdade** e conseguir um emprego?”
- “Parece bom. Mas estas matérias certamente **não vão cair em prova** de concurso, né?!”

- *É muito bonitinho, mas não resolve. Ballet, teatro, música, isso não vai fazer o aluno ser mais aplicado. **Serve apenas como uma nuvem nos olhos.** Tem que se fazer o aluno estudar de verdade, sem ficar contando com dependência e esses tipos de coisa. Depois falam que alunos de escola participar têm vantagens no vestibular, Enem e outros concursos da vida”.*

- *“Acho lindo! Mas quando eles forem fazer ENEM ou **vestibular eles podem dançar ao invés de fazer a prova?** O patrão manda o filho para a nataçã, para o ballet, para o curso de modelo, mas é depois da aula!”*

Diante desses comentários, deparamo-nos novamente com a questão da quebra de paradigma tratada anteriormente. Cabe à nossa área discutir melhor seus objetivos de aprendizagem e seus sistemas de avaliação frente ao Ensino Médio e ao ENEM. Qual o nosso propósito? Queremos ter uma importância maior nesse tipo de avaliação, ou queremos que a Arte ocupe um lugar que está além, ou até mesmo fora, de um sistema de ensino nos moldes do ENEM? Precisamos de um meio termo? Para onde queremos caminhar com nossos estudantes?

Percebo que o ENEM, devido à grande proporção tomada nos últimos anos, tem ditado e, em certa medida, legislado, sobre os conteúdos que devem estar presentes nos currículos nacionais. A questão que coloco é que as escolas, as universidades, os institutos, os colégios e os centros de educação precisam alinhar o discurso ou dar encaminhamentos para que essas discussões ocorram nos espaços de formação dos licenciandos e licenciandas.

(4) SÓ SE FOR OPTATIVA

A partir da Medida Provisória nº 746, de 2016, encaminhada de forma autoritária, que reestruturou o Ensino Médio, a disciplina de Arte poderá ser reavaliada em termos de estrutura. Isso, principalmente, quando a versão final da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), do Ensino Médio, for divulgada. Com esse documento, ficará mais claro quais serão as diretrizes de cada área. Por ora, o

que podemos ver é que muitos acreditam que a disciplina de Arte deva estar na escola, mas como optativa e/ou no contraturno. Assim, não atrapalharia as disciplinas que eles julgam mais relevantes, conforme os comentários a seguir:

- “*Que essas matérias sejam todas optativas, pois Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia das escolas públicas são **pura perda de tempo** para grandes mentes.*”

- “*Escola é lugar de aprender Matemática, Português, Geografia, História... entenderam? Dança, Teatro e Artes Visuais deveriam ser opcionais. Quando todas as outras matérias **RELEVANTES** fossem cumpridas.*”

- “*Para variar é o pobre que se ferra com estas inserções no currículo! Isso deveria ser **extracurricular!***”

- “*Só se for extracurricular. **Os alunos têm mais o que fazer.***”

Se pensarmos do ponto de vista individualista do professor ou da professora, é sempre mais interessante ministrar aulas para os estudantes que *queiram* fazer a disciplina. Os projetos de ação cultural que são desenvolvidos em espaços não formais de ensino têm nos mostrado que os participantes que se inscrevem em um projeto social, por vontade própria, têm uma probabilidade maior de permanecerem na atividade, e os problemas de indisciplina são bem pontuais. Isso porque, quando eles não estão satisfeitos, acabam se retirando da mesma forma que entraram, ou seja, voluntariamente.

A obrigatoriedade, portanto, torna-se uma via de mão dupla. Se por um lado ela garante o acesso, do outro, ela pode engessar, por meio de propostas pedagógicas tradicionais – com aulas e metodologias inadequadas –, os conteúdos de Arte, fazendo com que os estudantes não tenham interesse pela disciplina.

Do ponto de vista utópico, seria mais viável se a Arte fosse optativa, pois permitiria ao professor ou à professora trabalhar com mais autonomia, com poucos participantes, aqueles que desejam, utilizando de metodologias específicas da área, que permitam o exercício da criatividade.

No entanto, em termos de políticas públicas, sabemos que aquilo que se torna optativo pode vir a deixar de existir, se a obrigatoriedade não for uma questão estruturante, mediante a aplicação da legislação vigente. Se deixarmos para os dirigentes das escolas o poder de escolha da oferta, podemos cair no abismo do esquecimento, e todas as conquistas podem sumir a partir de uma nova Medida Provisória. Sendo assim, se tornar optativo pode ser um grande risco que deveríamos preferir não correr. Além disso, é mais fácil nos reestruturarmos, em termos de metodologias, do que perdermos o nosso espaço dentro das escolas.

(5) NÃO TEM NEM O BÁSICO

É evidente que, antes da implementação de qualquer nova política pública em uma escola, é necessário termos o básico: estrutura física adequada, professores e professoras das matérias já existentes, merenda escolar, dentre outros pontos que são colocados a seguir:

- *“Mais uma piada???? O Brasil está uma m... em tudo, vocês não estão nem aí para o povo. Ficam aí inventando coisas que não irão fazer. Onde eu moro estão cortando até a merenda das crianças.*

Não tem o básico, nem professores das matérias existentes”.

- *Parem de ser românticos! 20% dos alunos do Ensino Médio conseguem ler e interpretar o que leem!! Não conseguem ter raciocínio lógico para resolver contas básicas!! **Vai dispersar mais ainda!!!**”*

- *“Não adianta nada, a escola já tem isso no Ensino Integral, **mas não dá certo**, porque o professor não tem o mínimo de estrutura e material necessário para conseguir desenvolver uma aula...”*

- *“Por educação em horário integral, com alimentação e suporte odonto-médico, professores bem preparados e reconhecidos, escolas com infraestrutura decente. **Há muito que avançar**. No básico.”*

Nesse prisma, o que não é produtivo é nos situarmos em polos opostos na discussão do que deve ser mais importante na escola. Arte ou merenda escolar? Para essa pergunta já temos uma resposta.

O ponto indispensável a ser colocado é que a Arte (a área) precisa entrar também na estrutura dos requisitos básicos para um bom funcionamento de uma escola, ou seja, Arte ou merenda escolar? As duas coisas. O avanço no básico, e agora mais do que nunca com a criação de escolas de Educação Integral, precisa passar pelo caminho da implementação do componente curricular Arte e suas linguagens, visto que diversos estudos, incluindo os mais recentes do Mestrado Profissional em Arte (PROFARTES), em várias instituições públicas brasileiras, têm mostrado os benefícios e o impacto que a Arte, quando bem realizada no contexto escolar, pode alcançar em termos de formação para os nossos estudantes.

(6) COMO SERÁ?

Todos nós ficamos receosos quando lemos uma notícia de que uma nova lei foi promulgada. Por conhecermos a realidade brasileira, sempre ficamos com uma sensação de vitória e de preocupação, em razão de nosso histórico para a real aplicação de uma lei. Quando olhamos a realidade, nos perguntamos: “Ok, muito interessante, mas, como isso será feito?”

Questionamentos desse tipo foram realizados por essas pessoas:

- “Adoro artes, principalmente música, e concordo com a inclusão destas aulas, mas..... serão mais matérias ensinadas de **forma precária e superficial**, como são as matérias de matemática, biologia e português nas escolas públicas, nos dias de hoje?”

- “E vai ser inserido em que horário? Porque as matérias de Sociologia e de Filosofia, que tinham a infame quantidade de 2 aulas por semana, agora têm APENAS 1. Quero saber **onde vai ser inserida mais uma ou duas matérias no Ensino Médio**”.

- “Seria maravilhoso! Mas sabemos que a prática é outra. Como professora da rede pública, já tive que dar aula de outras disciplinas, assim como meus colegas. **É um “te vira”**. O governo só quer impressionar”.

- “Legallll, tem que ter, mas tem que ser **UM PROFESSOR ESPECIALIZADO PARA CADA DISCIPLINA**, e não mandar o prof. de Artes se virar para ensinar um monte de coisa que ele não tem obrigação de saber! É pior, por falta de conhecimento, pode até gerar uma frustração nos estudantes!”

- “Lamento, mas essas não serão disciplinas, serão conteúdos, assim como funciona com a música, ou seja, qualquer professor que ensinar uma coreografiazinha já vai estar trabalhando dança em sala. **Lei mal redigida.**”

De fato, a forma como a lei foi redigida, a meu ver, não deixa claro que haverá um professor ou uma professora para cada linguagem artística, em cada escola. Hoje, em muitos estados e municípios, o que se tem feito são concursos para a área de Arte nos quais se permite, como pré-requisito, a formação em Teatro, Dança, Música ou Artes Visuais. Isto é, na prática, os professores aprovados ministram as aulas tendo como base sua formação inicial e complementam seu plano de ensino com as demais linguagens obrigatórias. Isso pode, em muitos casos, gerar frustração nos estudantes, conforme um dos comentários transcritos: afinal, ensinar noções é completamente diferente de ensinar os conteúdos de cada linguagem.

Como, então, não cair no “te vira”, citado em outro comentário? Será que, com a implementação da lei, vamos cair no lugar da “coreografiazinha” ensinada de forma superficial e precária? Todas essas preocupações são legítimas e mostram que muitas pessoas estão preocupadas e não estão alienadas dentro do processo político de construção do ensino brasileiro.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Ao analisar os milhares de comentários publicados no Facebook, a partir da notícia do Senado Federal, percebi que não está claro para a população brasileira, em sua generalidade, quais são os objetivos e os propósitos efetivos da disciplina de Arte. Embora em nossos discursos tenhamos a consciência sobre a sua importância, não há um entendimento comum sobre isso e, o mais preocupante, pode não haver uma luta em comum.

Todas as críticas mostradas nesse estudo não surgiram do nada. Elas, muito provavelmente, vieram a partir de experiências negativas que esses alunos e alunas, pais e familiares, tiveram com a disciplina de Arte. Um exemplo de outra área: quantos de nós não criticamos a Educação Física, quando o professor ou a professora simplesmente deixava a bola para jogarmos, sem que houvesse o ensino efetivo dos fundamentos da disciplina? Por conseguinte, essas pessoas se veem na mesma situação: “fazer arte” sem saber a real aplicabilidade dela na sua formação.

Ao longo do texto, fiz diversos esclarecimentos sobre os comentários negativos, como forma de se (re)pensar os objetivos da disciplina de Arte para a consolidação de uma identidade, ou identidades, que lhe seja própria, no ensino público brasileiro. Apontei também alguns questionamentos que precisam ser discutidos nos cursos de licenciatura em Artes Cênicas (Teatro e Dança), Artes Visuais e Música, como, por exemplo: qual o nosso propósito frente ao Ensino Médio?

Falando especificamente do ensino de Teatro, minha área de formação, gostaria de lembrar dois pressupostos de León Chancerel (1936), que nunca podem ser esquecidos, como encaminhamentos finais para pensarmos a identidade/as identidades da disciplina de Arte, em termos de políticas públicas; e o desenvolvimento da criatividade.

Para Chancerel (1936), especificamente em relação ao jogo dramático, no contexto francês, podendo também ser pensado na disciplina de Arte no contexto brasileiro, o educador estaria diante de dois objetivos a serem cumpridos: dar às crianças meios de expressão (os mais completos possíveis) e formar, ao mesmo tempo, “seu senso artístico, seu senso social e seu caráter (CHANCEREL, 1936, p.6).

Portanto, não podemos perder de vista nossa necessidade de criar meios de expressão que sejam os mais completos e complexos possíveis. Para isso, os cursos de licenciatura precisam instrumentalizar os discentes com uma gama de metodologias de ensino, pois somente essas experiências positivas poderão liberar o potencial criativo das crianças e dos adolescentes na Educação Básica.

Precisamos, ainda, abandonar, de uma vez por todas, as formas artísticas realizadas com um único objetivo: se apresentar para os pais e familiares. Além disso, temos que, em sala de aula e nas reuniões com a comunidade, reforçar o princípio de que a Arte no contexto escolar busca formar, ao mesmo tempo, o senso artístico, social e o caráter dos estudantes, por isso sua presença é fundamental no ensino brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice; FLEITH, Denise. Criatividade: múltiplas perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 11.769, 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 ago. 2008.

_____. Lei nº 13.278, 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 3 de maio. 2016.

_____. Medida Provisória nº 746, de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. 2016 - Edição Extra.

CHANCEREL, Léon; CHARBONNIER, Hélène; SAUSSOY; Anne-Marie. « Jeux Dramatiques » dans l'éducation - Introduction a une Méthode. Paris: Librairie Théatrale, 1936.

PELAES, Maria Lúcia. A contribuição de Pierre Bourdieu para a metodologia do ensino da arte. Revista Educação (Guarulhos), v. 4, p. 24-30, 2009.

ROBINSON, Ken. O elemento-chave; [tradução Evelyn Kay Massaro]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

RYNGAERT, Jean-Pierre. Jogar, representar - práticas dramáticas e formação. São Paulo: Cosacnaify, 2009.

SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro; [tradução e revisão Ingrid Dormien Koudela e Eduardo José de Almeida Amos]. São Paulo: Perspectiva, 2010.

NOTAS

1 Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>. Acesso em: 8 março 2016.

2 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/site-cria-quiz-para-garantir-que-internauta-leu-texto-antes-de-comenta-lo.ghtml>. Acesso em: 8 março 2017.

3 Texto retirado da página do Senado Federal no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/SenadoFederal>. Acesso em: 30 maio 2017.

4 Para não sobrecarregar este artigo com imagens, por opção, foram transcritos os comentários corrigindo eventuais erros de digitação ou grafia. Foram retirados o nome, a data e o horário da postagem, mantendo o anonimato dos sujeitos, uma vez que seria inviável ter a autorização dos autores dos mais de dois mil comentários analisados. Devido à grande quantidade de comentários, foram selecionados apenas alguns, a fim de evitar a repetição de informações.

Artigo submetido em: 11 de Junho de 2017
Aceito para publicação em: 08 de Agosto de 2017